

# A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O PAPEL DO PROFESSOR NA MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA: FORMAÇÃO E DESAFIOS

*INCLUSIVE EDUCATION AND THE ROLE OF TEACHERS IN PEDAGOGICAL MEDIATION: TRAINING AND CHALLENGES*

**Alan Oliveira Lima**

Bacharel em Administração pela Faculdade Municipal de Palhoça (FMP)  
ORCID: 0009-0006-6823-6492  
E-mail: profealanlima@gmail.com

**Camila Aparecida Rodrigues Damasco**

Graduanda do último semestre de Pedagogia da UNIBF (União Brasileira de Faculdades)  
ORCID: 0009-0001-2657-7073  
E-mail: Admcamila16@gmail.com

**Denise Medeiros da Silva**

Mestranda em Educação pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)  
ORCID: 0009-0004-6524-0811  
E-mail: denisemedeirospedagoga@gmail.com

**Jakeline Rodrigues**

Especialista em Educação Especial e Inclusiva pela Faculdade Iguazu  
ORCID: 0009-0009-4188-0757  
E-mail: jakeline.rodrigues@prof.pmf.sc.gov.br

**Resumo:** A educação inclusiva busca garantir o direito de aprendizagem a todos os alunos, exigindo professores capacitados para mediar práticas pedagógicas adaptadas à diversidade. Este estudo analisa o papel da formação docente na mediação pedagógica e na superação de desafios para a implementação da inclusão na educação básica. A pesquisa baseia-se em uma revisão bibliográfica, abordando a formação inicial e continuada, as barreiras estruturais e atitudinais, bem como o uso de tecnologias assistivas. Os resultados indicam que a formação docente ainda apresenta lacunas significativas, comprometendo a adaptação curricular e metodológica. No entanto, estratégias como metodologias ativas e capacitação contínua, podem ampliar a inclusão e a equidade educacional. O estudo sugere a necessidade de políticas que incentivem a formação reflexiva e a implementação de práticas inclusivas eficazes.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva, Formação Docente, Mediação Pedagógica.

**Abstract:** Inclusive education aims to guarantee the right to learning for all students, requiring teachers to be trained to mediate pedagogical practices adapted to diversity. This study analyzes the role of teacher training in pedagogical mediation and overcoming challenges in implementing inclusion in basic education. The research is based on a literature review, addressing initial and continuing education, structural and attitudinal barriers, and the use of assistive technologies. The results indicate that teacher training still has significant gaps, compromising curricular and methodological adaptation. However, strategies such as active methodologies and continuous training can enhance inclusion and educational equity. The study suggests the need for policies that encourage reflective training and the implementation of effective inclusive practices.

**Keywords:** Inclusive Education. Teacher Training. Pedagogical Mediation. Active Methodologies. Assistive Technologies.

## Introdução

A inclusão educacional, respaldada por princípios de justiça e acessibilidade, visa assegurar o direito à aprendizagem para todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais ou sociais. No Brasil, legislações como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) definem diretrizes que facilitam a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE), enfatizando a relevância de práticas pedagógicas que sejam adaptadas e contextualizadas. Pesquisadores, como Mantoan (2003) e Sasaki (2006), enfatizam que a real inclusão nas escolas ocorre apenas quando os educadores recebem uma formação adequada, atuando como facilitadores na jornada de aprendizagem e promovendo interações que respeitem a diversidade e valorizem o potencial de cada aluno.

Contudo, a implementação da inclusão educacional na educação básica enfrenta desafios consideráveis, como a carência de formação específica para os docentes, a falta de recursos pedagógicos e barreiras tanto estruturais quanto atitudinais. Esses obstáculos afetam a prática educativa e dificultam o desenvolvimento de um ambiente escolar que seja inclusivo e acolhedor, evidenciando a importância de investigar como a formação inicial e contínua dos educadores pode ajudar na superação dessas barreiras.

Neste contexto, despontou o seguinte problema de pesquisa: De que maneira a formação inicial e continuada dos professores influencia a mediação pedagógica e a superação dos desafios na implementação da educação inclusiva na educação básica?

Para tanto, adotou-se como objetivo geral deste artigo examinar o papel da formação docente na mediação pedagógica e na superação dos desafios que envolvem a implementação da educação inclusiva na educação básica. Em particular, busca-se entender como a formação inicial e continuada capacita os professores para a educação inclusiva, identificar os principais desafios enfrentados no ambiente escolar e discutir práticas pedagógicas que favoreçam a inclusão de alunos com NEE.

Por fim, conclui-se que a importância desta pesquisa reside na compreensão das conexões entre a formação dos professores e a prática pedagógica inclusiva, contribuindo para o debate acadêmico e fornecendo subsídios para o desenvolvimento de políticas públicas e estratégias educativas. Mediante a elaboração de uma revisão da literatura, o artigo irá examinar a produção científica e os principais documentos legais, com um enfoque qualitativo, visando interpretar e sintetizar as contribuições teóricas e práticas relacionadas ao tema.

## Metodologia

A pesquisa em questão apresenta-se como um artigo teórico, embasado em uma análise bibliográfica, com o intuito de estabelecer uma base teórica sólida acerca da formação de professores e sua conexão com a mediação pedagógica dentro do cenário da educação inclusiva. Conforme mencionado por Gil (2008), a análise bibliográfica é uma metodologia de pesquisa que possibilita a identificação, avaliação e síntese dos principais trabalhos sobre um tópico específico, ajudando a delinear um panorama abrangente do conhecimento existente. Assim, este estudo adota essa metodologia para investigar de que maneira a formação inicial e contínua de educadores impacta a prática de metodologias inclusivas, além de identificar os principais obstáculos que surgem ao longo deste processo.

Para a escolha das fontes, foram realizadas buscas sistemáticas em bases de dados renomadas, como a Scielo, o Google Scholar e os Periódicos CAPES, que disponibilizam acesso a artigos científicos relevantes e de qualidade. Foram incluídas obras de autores clássicos e amplamente reconhecidos na área, como Maria Teresa Eglér Mantoan e Romeu Kazumi Sasaki, em razão da importância de suas contribuições no domínio da educação inclusiva. O critério temporal para a seleção dos artigos foi determinado como os últimos cinco anos (2020-2025), visando garantir a atualidade das discussões. Em relação aos livros, não houve um recorte temporal, sendo considerados aqueles com significativa relevância acadêmica.

Na elaboração do portfólio presente na Tabela 1, utilizou-se o operador booleano AND

juntamente com as palavras-chave: Educação Inclusiva, Formação Docente e Mediação Pedagógica. Foram aplicados critérios específicos de inclusão e exclusão na escolha dos estudos. As diretrizes de inclusão abrangeram publicações que discutissem diretamente os seguintes eixos temáticos: a formação docente para a educação inclusiva, os desafios enfrentados na prática pedagógica inclusiva e as estratégias de mediação pedagógica. Foram eliminadas publicações que apresentassem superficialidade teórica, como resenhas, editoriais e revisões rasas, assim como artigos duplicados ou que não estivessem disponíveis na íntegra.

A análise dos dados foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo, conforme delineado por Bardin (2011). Este método foi escolhido por sua eficácia em organizar e interpretar os dados de maneira sistemática, permitindo a categorização das informações em eixos temáticos. O processo analítico foi dividido em três etapas: na pré-análise, os textos foram organizados e filtrados de acordo com os objetivos da pesquisa; na exploração do material, os dados foram categorizados em três dimensões principais: formação docente, desafios na prática inclusiva e mediação pedagógica; e, na etapa final, o tratamento dos resultados, a síntese e interpretação das informações relevantes foram realizadas, destacando as principais contribuições teóricas e práticas dos estudos selecionados.

A escolha desta abordagem metodológica e da análise de conteúdo está em conformidade com o objetivo deste artigo, que é consolidar um portfólio teórico robusto sobre o tema, apresentando de maneira sistemática as principais discussões acerca do papel do professor na mediação pedagógica e os desafios da inclusão escolar. Assim, este estudo pretende oferecer subsídios teóricos e reflexões críticas para o campo educacional, contribuindo para o fortalecimento das práticas inclusivas na educação básica.

## Referencial Teórico

O presente referencial teórico busca, de acordo com Gil (2008), atrelar a devida veracidade científica essencial a todo trabalho acadêmico de modo que fundamente a pesquisa com diversos autores especializados no relevante tema da educação inclusiva e suas particularidades, como se poderá observar nas próximas seções.

## A Formação Docente para a Educação Inclusiva

A formação de professores exerce uma função fundamental na realização da educação inclusiva, assegurando que as práticas pedagógicas considerem a diversidade de alunos. Todavia, a formação inicial ainda possui lacunas marcantes, principalmente em relação à adaptação de métodos e a preparação para atender as necessidades específicas dos alunos. Nesse contexto, é imprescindível a expansão da formação continuada, que visa capacitar os educadores para a mediação pedagógica e a aplicação de estratégias inclusivas que sejam realmente eficazes (El Tassa, Cruz e Cabral, 2023). Assim, este texto aborda os desafios e as oportunidades relacionadas à formação de professores como um componente essencial na criação de uma verdadeira escola inclusiva.

Nesse sentido, a formação de educadores é vital para a implementação da educação inclusiva, garantindo práticas pedagógicas que considerem a diversidade dos alunos. Vygotsky (1997) enfatiza que a aprendizagem se dá através da mediação, evidenciando a necessidade de que os docentes sejam potencializados para ajustar metodologias e recursos às exigências dos estudantes. Contudo, existem lacunas na formação inicial que exigem a ampliação da formação continuada para que se consiga uma inclusão verdadeira. Portanto, este texto explora o papel da formação de professores na mediação pedagógica e na superação dos obstáculos para a compreensão da educação inclusiva na educação básica.

Ademais, El Tassa, Cruz e Cabral (2023) identificam as brechas presentes na formação inicial dos docentes tanto no que diz respeito à prática quanto ao estudo da educação inclusiva, evidenciadas pelo fato de que os graduandos só se tornarão especialistas nesta área após a

conclusão do curso, por meio de formações específicas. Isto contribui para que esses profissionais orientem suas aulas em direção a um ambiente homogêneo, focado em estudantes que estão em níveis iguais de aprendizado e com desenvolvimento satisfatório, criando uma realidade escolar que reflete uma perspectiva distorcida.

Um dos maiores erros dos professores está na ideia de que ao concluir sua graduação ou magistério está preparado para o exercício da função, mesmo depois de buscar programas de pós-graduação em nível *lato* ou *stricto sensu*, ainda é necessário aprimorar suas práticas e concentrar-se na realidade escolar (El Tassa, Cruz e Cabral, 2023, p. 105).

A linha de raciocínio supra apresentada elucida o modo como as lacunas da formação docente destoam da educação inclusiva, pois o que se almeja é a elaboração de um modelo de escola sedimentado no paradigma alusivo à Inclusão, como menciona Mantoan (2003, p. 11):

Uma crise de paradigma é uma crise de concepção, de visão de mundo e quando as mudanças são mais radicais, temos as chamadas revoluções científicas. O período em que se estabelecem as novas bases teóricas suscitadas pela mudança de paradigmas é bastante difícil, pois caem por terra os fundamentos sobre os quais a ciência se assentava, sem que se finquem de todo os pilares que a sustentarão daí por diante.

Com base na lógica apresentada, pode-se concluir que a partir dessa transformação, tanto a instituição de ensino quanto os educadores são chamados a lidar com o complexo desafio de atender, com a qualidade necessária, uma crescente diversidade de alunos. Dessa forma, não basta apenas permitir que esses estudantes tenham acesso e continuidade na escola, pois se torna essencial promover mudanças substanciais que incluam a estruturação e funcionamento da escola, além da abordagem pedagógica adotada e, principalmente, a formação dos professores (Poker, Martins e Giroto, 2021).

Para que a inclusão educacional seja real, é imprescindível implementar um novo modelo pedagógico e aprimorar a qualificação dos profissionais, além de reestruturar as escolas sob os aspectos didático e administrativo. Isso exige uma reconsideração de toda a estrutura do sistema educacional. Uma escola pode ser considerada verdadeiramente inclusiva se garantir a participação justa de todos os alunos, assegurando igualdade de direitos e oportunidades, bem como, contribuindo para o desenvolvimento integral dos estudantes (Ferreira; Oliveira, 2022).

Nesse cenário, é crucial que as instituições de ensino possuam uma infraestrutura adequada e que os educadores estejam preparados para apoiar e atender tanto alunos com deficiência quanto aqueles que não possuem, dentro do ensino regular, alinhando-se aos princípios da educação inclusiva (Franco; Gomes, 2020).

Entretanto, a falta de profissionais qualificados para atuar de forma eficaz na Educação Inclusiva continua a ser um desafio em muitas escolas públicas brasileiras. Isso se deve ao fato de que a formação pedagógica, em muitos casos, não oferece um preparo especializado para essa prática. A inclusão educacional começou a ter relevância há pouco mais de trinta anos, e a formação de professores para atender a essa demanda ainda está em desenvolvimento (Ferreira; Oliveira, 2022).

Ainda é importante observar que, no que diz respeito aos cursos de formação inicial, a temática da inclusão é tratada de maneira superficial, com apenas um ou dois componentes curriculares dedicados ao assunto. A oferta de cursos específicos nessa área é limitada e, mesmo quando a capacitação docente ocorre, frequentemente a teoria apresentada está distante da realidade prática vivenciada na sala de aula (Pereira; Guimarães, 2019).

Em relação à formação docente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, 1996) destaca, em seu artigo 3º, a necessidade de professores especializados para a educação inclusiva e de docentes do ensino regular formados para integrar a inclusão desses alunos em classes comuns. De modo similar, a Declaração de Salamanca enfatiza a importância de uma formação docente eficiente que atenda às necessidades educacionais específicas nas escolas inclusivas,

garantindo também a disponibilidade de recursos apropriados para esse propósito (Unesco, 1994).

A capacitação contínua dos educadores é, portanto, um elemento crucial para o progresso das práticas inclusivas e para garantir a qualidade da educação disponibilizada a todos (Franco; Gomes, 2020).

É importante ressaltar que a argumentação aqui apresentada não deve ser entendida como algo inédito, considerando que Fleming (1978) já há muito tempo aborda o cerne da questão, em especial que envolve a necessidade de discutir práticas pedagógicas voltadas para atender alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE). Isso se deve ao fato de que, na maioria das situações, as crianças com deficiência frequentemente enfrentam diversas limitações. Dessa forma, elas não têm a oportunidade de explorar o mundo da mesma forma que as crianças que se desenvolvem tipicamente. Consequentemente, as expectativas das pessoas em relação a elas tendem a ser bastante distintas daquelas percebidas em relação a outras crianças.

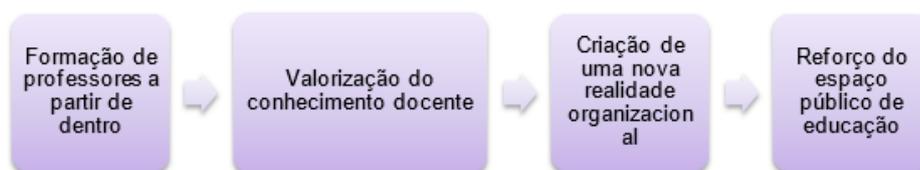
Martins Filho e Martins Filho (2013, p. 17) ressalta que de uma forma indistinta,

[...] a criança é “um ser humano em desenvolvimento e que suas experiências, elaborações de convivências e processos sociais passam pela mediação dos adultos. Isso reafirma a responsabilidade dos adultos em sistematizar o desenvolvimento integral das crianças, porém sem descartá-las de uma participação ativa nesse processo.

De acordo com o supra exposto, para que haja esse desenvolvimento integral é preciso abordar a conceituação de professor reflexivo e pesquisador, o qual mediante a utilização de textos e de conceituações, possibilita que haja uma efetiva transformação em solo educacional, que critica a revolução que fica somente em discursos e se afasta do campo da prática. De modo que se evidencia os pontos que mais fragilizam a formação docente, dentre os quais se sobressai a desvalorização do profissional em si, cujo desempenho profissional tende a ser banalizado por uma parte significativa da sociedade (Nóvoa, 2013).

Assim, ainda de acordo com o mesmo autor, pressupõe-se que essa formação docente seja dividida em quatro pontos como se pode observar na Figura 1:

**Figura 1.** Quatro pontos referentes à formação docente



**Fonte:** Nóvoa (2013).

Conforme apresentado na Figura 1, no que se refere ao aspecto da “Formação de professores a partir de dentro”, é fundamental estabelecer programas de desenvolvimento que tenham como foco os próprios educadores. Este processo realça as experiências cotidianas dos profissionais e estimula a troca de conhecimentos entre eles. Ademais, reafirma que, mesmo diante dos avanços tecnológicos, a função do professor continua sendo insubstituível, uma vez que, no contexto da sala de aula, as atividades promovem a articulação entre teoria e prática (Machado, 2023).

Sobre a “valorização do conhecimento docente”, o processo educacional deve ser encarado como uma criação dos educadores, moldado para aprimorar suas práticas e saberes no ensino. Portanto, é essencial combater a ideia de que ensinar é uma atividade simples, acessível a qualquer pessoa (Nóvoa, 2013).

Referente à “Criação de uma nova realidade organizacional”, entende-se que a escola deve ser vista como um espaço que propicia tanto a troca de teorias quanto a de práticas, criando um ambiente coletivo dedicado à formação (Machado, 2023).

Por último, acerca do “Reforço do espaço público de educação”, é importante ressaltar as

mudanças ocorridas no papel da escola na vida de seus alunos ao longo dos anos. Atualmente, a instituição escolar deve se empenhar em formar um aluno sob uma ótica social, orientando-o sobre o uso de drogas, assim como no que tange à educação e saúde, incluindo também a alimentação e outras questões que antes eram restritas à família. Para isso, o processo de formação de professores é iniciado entre educadores que desejam compartilhar práticas individuais no intuito de transformá-las em coletivas, assim constituindo estruturas culturais teóricas voltadas para a pesquisa na formação (Machado, 2023).

Diante da exigência de promover uma educação verdadeiramente inclusiva, é vital que haja investimento na formação docente como um processo contínuo que se alinhe às necessidades da diversidade escolar. Esse desafio ultrapassa o acesso e a permanência das crianças com deficiência, englobando a reestruturação das práticas pedagógicas e a valorização do professor como agente de mudança. Somente por meio de uma formação reflexiva e integrada à realidade das escolas, será possível romper com as barreiras atitudinais e assegurar um ensino equitativo, permitindo que todas as crianças tenham uma participação plena e significativa no ambiente educacional.

## Os Desafios da Educação Inclusiva na Educação Básica

A inclusão na educação requer mudanças tanto estruturais quanto comportamentais para assegurar que todos os estudantes tenham igualdade de acesso ao aprendizado. De acordo com Sasaki (2002), é fundamental reconhecer e eliminar obstáculos arquitetônicos, programáticos e atitudinais para que os ambientes escolares se tornem acessíveis e verdadeiramente inclusivos. No entanto, apesar de alguns progressos normativos, diversos desafios ainda estão presentes, especialmente no que diz respeito à formação de professores e à adequação das práticas pedagógicas. Portanto, este texto analisa os principais obstáculos e oportunidades para a adoção da educação inclusiva no ambiente escolar.

Sasaki (2002) destaca que as alterações necessárias nas instituições de ensino têm como objetivo identificar os obstáculos de atitude, além dos arquitetônicos e programáticos que existem no espaço educacional. Assim, a verdadeira inclusão, conforme expressam Sasaki e seus colaboradores, se torna evidente nas seguintes considerações:

[...] o processo mediante o qual os sistemas gerais da sociedade, tais como o meio físico, a habitação e o transporte, os serviços sociais e de saúde, as oportunidades de educação [grifo meu] e trabalho, e a vida cultural e social, incluídas as instalações esportivas e de recreação, são feitos acessíveis para todos. Isto inclui a remoção de barreiras que impedem a plena participação das pessoas deficientes em todas estas áreas, permitindo-lhes assim alcançar uma qualidade de vida igual à de outras pessoas. (Sasaki *et al.*, 1997, p. 39).

As instituições de ensino que progrediram mais na área da inclusão são aquelas que adotaram uma postura crítica e aberta em relação à diversidade, vendo-a como uma oportunidade de aprendizado em vez de um desafio. Essas escolas mostram uma maior habilidade de modificar suas abordagens de ensino e suas atitudes para receber alunos com demandas variadas. Contudo, análises de caso indicam que, em várias instituições, a inclusão ainda é vista como um desafio técnico, enfrentando obstáculos na execução de mudanças significativas nas metodologias pedagógicas e na administração educacional (Dias et al., 2024; Reis; Coutinho, 2025). Um dos principais fatores que dificultam a implementação de um ensino inclusivo é a falta de formação adequada para gestores e educadores, o que afeta a eficiência das ações voltadas para a diversidade na educação (Reis; Coutinho, 2025).

Dentro dessa realidade, a formação continuada dos docentes se destaca como um elemento vital para a realização da inclusão escolar. Como enfatizado por Dias et al., (2024), muitos professores ainda não possuem a preparação e o conhecimento necessários para adaptar suas metodologias de forma eficiente para atender às diferentes necessidades dos alunos. Diante dessa situação, é fundamental que os sistemas de ensino aumentem os investimentos na capacitação dos

educadores, não apenas abordando técnicas específicas, mas também estimulando uma postura reflexiva e ética em torno da inclusão, conforme destacado por Dias et al., (2024).

Além das dificuldades na formação, barreiras estruturais constituem desafios significativos para a inclusão nas escolas. A superlotação das salas de aula, a carência de recursos especializados e o apoio pedagógico deficiente são problemas frequentes que limitam a aplicação eficaz de práticas inclusivas. Embora as políticas públicas brasileiras tenham feito avanços na regulamentação da inclusão, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), a efetivação dessas diretrizes ainda enfrenta obstáculos práticos, como a falta de profissionais qualificados e materiais pedagógicos adequados.

Além disso, a resistência de alguns educadores e gestores em adotar práticas inclusivas amplia a necessidade de estratégias mais eficazes para sensibilização e capacitação, assegurando que a inclusão educacional seja aplicada de forma efetiva e justa (Bedendo *et al.*, 2022).

Com base no que foi discutido aqui, a afirmação da educação inclusiva exige mudanças estruturais, investimentos na formação contínua dos professores e a superação de resistências institucionais. Vencer as barreiras ainda existentes requer um compromisso coletivo das políticas educacionais, gestores e educadores para transformar a inclusão em uma realidade concreta. Apenas por meio de uma escola acessível e equitativa poderá ser garantida uma aprendizagem significativa para todas as crianças, promovendo uma escola que preza pela diversidade e pela equidade educacional.

## A Mediação Pedagógica como Estratégia Inclusiva

A mediação pedagógica emerge como uma abordagem fundamental para promover a inclusão no contexto escolar, permitindo que todos os estudantes, sem exceção das suas particularidades, tenham acesso igualitário ao saber. Dentro desse cenário, a função do professor transcende a simples transmissão de conteúdos, passando a atuar como mediador no processo de ensino-aprendizagem. Assim, ao implementar metodologias ativas e práticas inclusivas, a mediação pedagógica se estabelece como um componente crucial para a criação de um ambiente educacional que seja mais acessível e participativo (Cirino; Kuch, 2024).

No âmbito da interação entre ensino e aprendizagem, o ato de mediar refere-se a oferecer níveis de assistência que são cuidadosamente planejados e adaptados às necessidades dos alunos. Desse modo, Moran (2000, p. 31) afirma que:

O professor é um pesquisador em serviço. Aprende com a prática e a pesquisa e ensina a partir do que aprende. Realiza-se aprendendo pesquisando-ensinando-aprendendo. O seu papel é fundamentalmente o de um orientador/mediador. [...] professor atua como orientador comunicacional e tecnológico; ajuda a desenvolver todas as formas de expressão, de interação, de sinergia, de troca de linguagens, conteúdos e tecnologias.

Ao se discutir o papel do educador, pode-se deduzir que essa atividade de mediação está relacionada à ação do professor que oferece a assistência necessária ao estudante, desempenhando uma função semelhante à de um andaime. Isso quer dizer que ele atua tanto como uma base quanto como um suporte, com a intenção de propiciar avanços no processo de aprendizagem de seus alunos, contribuindo assim para a criação de condições propícias para que essa aprendizagem se efetive (Salvador, 1994).

Assim, mediação pedagógica é compreendida como a atitude e a conduta do professor, que atua como um elemento facilitador, além de ser um motivador e incentivador do aprendiz. O docente se coloca como uma ponte entre o aluno e seu processo de aprendizado, mas essa conexão acontece de forma dinâmica, ajudando o estudante a alcançar suas metas (Moran, 2000).

Cirino e Kuch (2024, p. 2) acrescentam à ideia apresentada ao afirmarem que:

Refletir sobre as ações do professor em sala de aula nos faz pensar na prática e no ensino inclusivo. É essencial que o professor esteja sempre se atualizando e buscando oportunidades de formação para ampliar seus conhecimentos e melhorar sua prática pedagógica. Atualmente, há uma grande diversidade de estudantes nas salas de aula, com diferenças culturais, étnicas, costumes, além de estudantes com deficiência e com dificuldades de aprendizagem

Portanto, é importante ressaltar que facilitar os processos de aprendizagem individual implica em quebrar com um modelo pedagógico que se baseia na transmissão unidirecional de conhecimento, onde o professor se limita a explicar e o aluno permanece em um papel passivo. Essa abordagem demanda uma postura mais receptiva, na qual o professor aprende ao ensinar e reconhece a individualidade das jornadas de seus alunos (Cirino; Kuch, 2024).

De acordo com Silva (2009), o panorama educacional brasileiro revela a urgência de um debate mais aprofundado sobre a relação entre o ensino e a aprendizagem. Muitas vezes, os professores acreditam estar utilizando as melhores táticas didáticas, sem notar que seus alunos enfrentam dificuldades na assimilação dos conteúdos. Existe, inclusive, uma lacuna na análise das causas que impedem a aprendizagem, e raramente são questionadas as metodologias utilizadas (Silva, 2009).

Entretanto, a implementação de metodologias ativas oferece práticas que favorecem a interação, a aprendizagem e a valorização da diversidade, podendo ser vistas como estratégias pedagógicas que ajudam durante o processo de ensino e aprendizagem, em contraste com uma abordagem tradicional que se concentra no professor e que busca direcionar a atenção ao aluno (Cirino; Kuch, 2024).

Diante da situação apresentada, fica evidente que as estratégias pedagógicas focadas na inclusão de alunos com deficiência são imprescindíveis para garantir que esses estudantes consigam se integrar ao ambiente escolar. Assim, é por meio do Atendimento Educacional Especializado (AEE) que tais estratégias, assim como os recursos essenciais, são elaborados e organizados visando contribuir para que espaços e atividades escolares específicas possam apoiar a participação dos alunos com deficiência no processo de ensino e aprendizagem (Brasil, 2008).

Essas estratégias e os recursos são materializados em algumas práticas como a implementação da Tecnologia Assistiva (TA) e da Comunicação Alternativa e Ampliada (CAA) a serem abordadas nos próximos parágrafos (Bezerra *et al.*, 2024).

Sendo assim, no que diz respeito à TA, estas são cruciais para promover eficazmente o processo de inclusão educacional para alunos com deficiência, proporcionando recursos que permitem a esses indivíduos acessarem o conhecimento. Dessa forma, a introdução de ferramentas tecnológicas, que incluem softwares de leitura, dispositivos de comunicação e aplicativos educativos, possibilita que esses alunos participem das atividades de aprendizagem de uma maneira mais eficiente (Bezerra *et al.*, 2024).

A CAA é uma subdivisão da TA que abrange a implementação de sistemas e recursos alternativos que oferecem aos indivíduos sem fala funcional as oportunidades de se comunicarem. Esses sistemas são criados através do uso de sinais ou símbolos pictográficos, assim como símbolos ideográficos e arbitrários, com o objetivo de substituir ou complementar a expressão verbal, utilizando diferentes formas de comunicação (Glennen, 1997). Nesse contexto, a CAA é utilizada para facilitar a comunicação entre pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) que apresentam falta ou dificuldades na fala, mostrando resultados positivos e avanços notáveis nas áreas de comunicação e linguagem (Walter, 2009).

Diante do que foi apresentado, é claro que a mediação pedagógica desempenha um papel crucial na implementação da inclusão educacional, pois permite a adaptação das práticas de ensino às necessidades dos alunos, promovendo uma aprendizagem significativa. A utilização de metodologias ativas, TA e CAA são exemplos de abordagens que aumentam a participação dos estudantes com deficiência no contexto escolar. Dessa forma, a promoção de um ensino mais interativo e dinâmico fortalece o compromisso com a diversidade e a equidade, assegurando que todos os alunos tenham oportunidades reais para o seu desenvolvimento acadêmico e social.

## Resultados e Discussão

A presente seção apresenta uma síntese dos resultados obtidos mediante a elaboração de uma discussão estabelecida entre os autores pertencentes ao portfólio contido na Tabela 1 com os demais autores que auxiliaram na construção do referencial teórico.

**Tabela 1.** Portfólio da revisão bibliográfica

Autor(es)/ano	Título	Principais contribuições
Ramos, Orimon e Cirino (2022)	As TDICs atreladas a mediação pedagógica no viés das práticas docentes: contribuições para a Educação Inclusiva.	A formação docente desempenha um papel essencial na mediação pedagógica e na superação dos desafios para a implementação da educação inclusiva na educação básica. O artigo evidencia que as TDICs são recursos fundamentais para promover a inclusão, tornando o ensino mais acessível e estimulante para os alunos do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE). No entanto, a efetividade dessas ferramentas depende diretamente da mediação pedagógica exercida pelo professor, que deve saber utilizá-las de forma estratégica e intencional para favorecer a aprendizagem. O estudo aponta a carência de formação docente voltada ao uso das TDICs no contexto inclusivo, o que compromete sua aplicação no cotidiano escolar. Além disso, destaca-se que a resistência a mudanças e a falta de preparo adequado dificultam a adoção de metodologias inovadoras que rompam com práticas tradicionais excludentes. Dessa forma, a formação inicial e continuada dos docentes precisa ser estruturada para capacitá-los como mediadores da aprendizagem, favorecendo um ensino dinâmico, interativo e equitativo, capaz de garantir uma educação inclusiva efetiva na educação básica.

---

Lima e Santos (2020)

A formação de professores e a educação inclusiva: discussão acerca do tema.

O artigo enfatiza que a formação docente é fundamental para a efetivação da educação inclusiva na educação básica. Os autores destacam que a inclusão vai além da presença do aluno com deficiência na escola, exigindo práticas pedagógicas adaptadas às suas necessidades. A falta de preparo dos professores, o desconhecimento das especificidades das deficiências e a resistência à flexibilização curricular são apontados como desafios centrais.

A formação inicial e continuada deve capacitar os docentes para atuar como mediadores, promovendo a adaptação curricular e estratégias pedagógicas que favoreçam a aprendizagem de todos os alunos. Além disso, a formação precisa ser contínua, incluindo estudos em serviço e especializações, garantindo que os professores desenvolvam competências para superar barreiras atitudinais e estruturais. O artigo reforça que a inclusão depende de investimentos na capacitação docente e no compromisso de gestores e políticas públicas para assegurar um ensino acessível e de qualidade.

---

---

Nunes (2023)	O uso das TICs na mediação pedagógica do professor em turma de alfabetização de integração inversa em escola pública do DF	A dissertação de Ana Claudia Rodrigues Nunes destaca que a formação docente é essencial para a mediação pedagógica e a superação dos desafios na educação inclusiva. A autora enfatiza o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como recurso para potencializar a aprendizagem em turmas de alfabetização de Integração Inversa, que incluem alunos com e sem necessidades educacionais especiais. Os resultados evidenciam que as TICs, quando utilizadas com intencionalidade pedagógica, aumentam a participação dos estudantes, tornando o ensino mais atrativo e inclusivo. No entanto, a pesquisa também aponta a necessidade de formação continuada dos professores para que possam integrar essas tecnologias de forma eficaz, superando barreiras metodológicas e estruturais. Dessa forma, a dissertação reforça a importância de investimentos na capacitação docente para garantir práticas pedagógicas mais equitativas e acessíveis na educação básica.
Pereira e Guimarães (2019)	A Educação Especial na formação de professores: um estudo sobre Cursos de Licenciatura em Pedagogia.	O artigo destaca que a formação docente em Pedagogia apresenta carga horária reduzida para a Educação Especial, limitando a preparação dos professores para a inclusão. Embora os cursos ofereçam conteúdos sobre inclusão, estes são superficiais e focados, principalmente, no ensino de Libras. As autoras defendem a ampliação da formação em Educação Especial e a necessidade de formação continuada para capacitar os docentes na adaptação de metodologias e no enfrentamento dos desafios da diversidade em sala de aula. Sem essa formação mais abrangente, a inclusão escolar pode se tornar apenas formal, sem garantir uma aprendizagem efetiva.

---

Ferreira e Oliveira  
(2022)

Formação docente de professores e as tecnologias assistivas para o desenvolvimento integral do aluno com deficiência.

As autoras destacam que a capacitação dos professores é fundamental para garantir a acessibilidade e o desenvolvimento integral dos alunos com deficiência, promovendo a equidade no ensino. O estudo evidencia que, apesar dos avanços nas políticas públicas, ainda há lacunas na formação inicial e continuada dos docentes, o que impacta a efetividade das práticas inclusivas. A pesquisa ressalta que o uso adequado das tecnologias assistivas pode eliminar barreiras de aprendizagem, mas para isso, os professores precisam ser capacitados para aplicá-las corretamente em salas de recursos multifuncionais e no ensino regular. Assim, as autoras reforçam a necessidade de políticas educacionais que incentivem a formação continuada, assegurando que os educadores estejam preparados para atuar de maneira inclusiva e eficaz.

Franco e Gomes  
(2020)

Educação inclusiva para além da educação especial: uma revisão parcial das produções nacionais

As autoras evidenciam que as políticas públicas voltadas para a inclusão têm se concentrado no atendimento a alunos com deficiência, negligenciando outros estudantes com necessidades educacionais especiais. O estudo aponta que há uma lacuna na formação inicial e continuada dos professores, o que compromete a democratização do ensino e a permanência dos alunos na escola. Ademais, enfatiza que a ausência de metodologias inclusivas e a manutenção de práticas pedagógicas tradicionais reforçam o fracasso e a evasão escolar. Dessa forma, o artigo defende a ampliação do debate sobre formação docente, incorporando uma perspectiva mais ampla de inclusão e promovendo políticas educacionais que garantam suporte aos professores para atuar de forma eficaz em contextos diversos.

Junger *et al.*, (2023)

Formação Continuada,  
Tecnologias Digitais e Educação  
Especial: uma necessidade  
favorável aos processos de  
ensino e aprendizagem na  
contemporaneidade.

O estudo destaca a importância da formação continuada como estratégia fundamental para a mediação pedagógica e a superação dos desafios da educação inclusiva na educação básica. Os autores evidenciam que a atualização constante dos docentes, por meio de cursos, palestras e seminários, é essencial para que possam atuar com metodologias mais dinâmicas e adaptadas à diversidade dos alunos. Inclusive, apontam que a inserção de Tecnologias Assistivas e Salas de Recursos Multifuncionais amplia as possibilidades de inclusão, favorecendo a aprendizagem significativa. O estudo conclui que a formação docente deve ser contínua e abranger práticas inclusivas, permitindo que professores desenvolvam competências para lidar com diferentes necessidades educacionais e promover a equidade no ensino.

Bedendo *et al.*,  
(2022)

Ensaio sobre formação docente para a diversidade: Docência e inclusão.

A pesquisa destaca que a formação docente é essencial para garantir a educação inclusiva na educação básica, enfatizando a necessidade de reestruturação da práxis pedagógica para que o professor atue como mediador do conhecimento. Os autores apontam que, apesar dos avanços legislativos e das políticas públicas, a formação dos docentes ainda é fragmentada e pouco eficaz na preparação para lidar com a diversidade. A pesquisa evidencia que a inclusão deve ir além do atendimento a alunos com deficiência, abrangendo diferentes contextos de exclusão. Além de enfatizar a importância da formação continuada, que deve incluir reflexões sobre práticas inclusivas, metodologias adaptativas e o uso de tecnologias assistivas. O estudo conclui que, sem um investimento sólido na formação inicial e continuada dos professores, a inclusão pode se tornar apenas uma proposta formal, sem garantir um ensino equitativo e acessível a todos os alunos.

---

Faria e Vieira (2021)	Educação Especial Inclusiva: uso de recursos educacionais digitais nas salas multifuncionais.	O estudo destaca a importância da formação docente para a mediação pedagógica e a superação dos desafios da educação inclusiva na educação básica, com ênfase no uso de Recursos Educacionais Digitais (RED) nas Salas de Recursos Multifuncionais. Os autores apontam que a formação inicial dos professores é deficitária quanto à Educação Especial, o que torna a formação continuada essencial para a aplicação eficaz das TDIC no ensino inclusivo. A pesquisa revela que, apesar da disponibilidade de tecnologias nas escolas, seu uso ainda é fragmentado e pouco articulado ao currículo, resultando em uma mediação pedagógica limitada. Além disso, destaca-se a necessidade de alinhar o currículo, os recursos tecnológicos e as demandas dos alunos, reforçando que a capacitação docente deve integrar teoria e prática para potencializar a inclusão escolar de forma efetiva.
-----------------------	--	---

---

Bianca, Vieira e  
Casagrande (2024)

A mediação e a contribuição das Tecnologias Digitais da Comunicação e Informação para a educação inclusiva.

A presente pesquisa enfatiza que a formação docente é fundamental para a mediação pedagógica e a superação dos desafios na educação inclusiva na educação básica, destacando o papel das TDCIs nesse contexto. Os autores apontam que, apesar do potencial dessas tecnologias para ampliar a acessibilidade e personalizar o ensino, sua efetividade depende diretamente da capacitação dos professores. A pesquisa revela que há uma carência de formação docente específica para a utilização das TDCIs na inclusão, o que compromete sua aplicação prática. Além disso, destaca-se que a mediação pedagógica, quando bem conduzida, favorece uma aprendizagem mais significativa, promovendo a equidade e a participação ativa dos alunos com deficiência. Assim, o estudo reforça a necessidade de investir na formação continuada dos professores, garantindo que possam integrar as tecnologias ao ensino de forma intencional e eficiente, contribuindo para a efetivação da educação inclusiva.

**Fonte:** Elaborada pelos autores.

A discussão em questão foi elaborada com base no objetivo fundamental deste artigo, que é examinar a função da formação de professores na mediação pedagógica e na superação dos obstáculos para a execução da educação inclusiva na educação básica.

Com base no contexto apresentado, a revisão da literatura e dos dados obtidos destaca que a formação de professores exerce um papel crucial na concretização da educação inclusiva na educação básica. Autores como Sasaki (2006) e Mantoan (2003) enfatizam que a mediação pedagógica é um elemento chave para assegurar que alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) tenham acesso igualitário ao aprendizado. Contudo, a formação inicial dos educadores ainda possui lacunas significativas, como apontado por Pereira e Guimarães (2019), que sublinham a carga horária insuficiente dos cursos de licenciatura no que tange à educação especial. Essa carência prejudica a preparação dos professores para a adaptação curricular e para a aplicação de metodologias inclusivas, refletindo nas dificuldades em implementar práticas que favoreçam a aprendizagem de todos os alunos.

A Tabela 1 compila os principais estudos examinados, destacando que a mediação pedagógica e as tecnologias educacionais são elementos essenciais para a promoção da inclusão. Ramos, Orimon e Cirino (2022) indicam que as TDCIs podem se tornar ferramentas valiosas para a inclusão, contanto que os educadores sejam treinados para usá-las de maneira intencional e estratégica. Contudo, a pesquisa realizada por Lima e Santos (2020) revela que muitos professores ainda necessitam de formação para integrar essas tecnologias ao seu processo de ensino, resultando em práticas que são excludentes e limitadas. Essa situação reforça a urgência de uma formação

continuada mais eficaz, conforme defendido por Junger *et al.*, (2023), que ressaltam a relevância de cursos permanentes para o aprimoramento dos educadores no âmbito da educação inclusiva.

Além da capacitação, os obstáculos estruturais e de atitude são barreiras frequentes. Ferreira e Oliveira (2022) ressaltam que, apesar dos progressos na legislação, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), a escassez de recursos especializados, incluindo materiais adaptados e profissionais de apoio, ainda constrange a execução de práticas inclusivas. Franco e Gomes (2020) agregam a essa visão ao afirmar que a inclusão deve ser encarada não apenas como uma responsabilidade da educação especial, mas como uma obrigação de toda a comunidade escolar. Contudo, a resistência de uma parte dos professores e gestores, conforme observado por Bedendo *et al.*, (2022), dificulta a transformação desse paradigma, demandando políticas públicas que promovam a sensibilização e o envolvimento de todos os participantes.

Outro aspecto crucial discutido na literatura é a mediação pedagógica como uma abordagem para enfrentar os desafios da inclusão. Cirino e Kuch (2024) sublinham que é fundamental que o professor atue de maneira proativa na criação de práticas didáticas que reconheçam a diversidade dos alunos, adotando metodologias ativas e colaborativas. Esse ponto é validado por Moran (2000), que afirma a relevância do professor como mediador do conhecimento, estimulando a autonomia dos alunos e facilitando um ensino mais envolvente e interativo. No entanto, a pesquisa de Silva (2009) indica que ainda há muitos educadores que seguem um modelo de ensino tradicional, fundamentado na transmissão unilateral de informações, o que restringe a inclusão e a interação dentro da sala de aula.

A implementação de abordagens específicas para promover a educação inclusiva, como a adoção de TA e CAA, surge como uma alternativa viável para aumentar a integração de alunos com NEE. De acordo com Bezerra *et al.* (2024), ferramentas como programas de leitura e dispositivos de comunicação são cruciais para garantir a acessibilidade, porém sua aplicação continua limitada pela ausência de capacitação dos professores. Glennen (1997) reforça essa visão ao evidenciar que a CAA pode aprimorar consideravelmente a comunicação de alunos com TEA, favorecendo uma maior interatividade dentro do ambiente escolar. Por outro lado, Walter (2009) assevera que a eficiência dessas ferramentas está diretamente relacionada à formação de educadores, que devem saber empregá-las de maneira apropriada e em consonância com as necessidades dos alunos.

Em face dos desafios e oportunidades destacados na literatura e nos dados analisados, torna-se claro que a formação docente é fundamental para a criação de uma escola verdadeiramente inclusiva. Sem um investimento robusto na formação inicial e na atualização contínua dos professores, a inclusão pode continuar a ser apenas um sonho distante, restrita a orientações formais sem impacto significativo nas práticas pedagógicas. Assim, é imprescindível promover políticas educacionais que incentivem uma formação reflexiva, a utilização de metodologias ativas e a incorporação de tecnologias assistivas para assegurar que a educação inclusiva seja realmente eficaz e justa.

No que diz respeito às importantes contribuições previstas pela pesquisa para a compreensão do papel da formação de professores na mediação pedagógica e na superação dos obstáculos da educação inclusiva, a análise da literatura revela que a formação inicial e continuada dos educadores é fundamental para a efetivação de práticas inclusivas eficazes, assegurando as adaptações curriculares e metodológicas essenciais para atender às Necessidades Educativas Especiais (NEE).

Além disso, o estudo aponta a importância da mediação pedagógica, alçando o professor a um papel crucial na criação de um ambiente de aprendizagem que seja acessível e participativo. Outro aspecto significativo é a consideração do uso de Tecnologias Assistivas (TA) e Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA) como recursos que favorecem a inclusão de alunos com deficiência, embora sua utilização dependa diretamente da formação recebida pelos docentes. A pesquisa também aborda os desafios estruturais e atitudinais relacionados à inclusão, evidenciando que, além da formação dos professores, a carência de recursos especializados e a resistência de certos profissionais prejudicam a efetivação da inclusão nas escolas.

O estudo fornece uma base para melhorar as políticas educacionais, propondo estratégias para a formação contínua dos professores e o fomento de práticas pedagógicas mais inclusivas.

Em síntese, a abordagem teórica limita a obtenção de dados empíricos, tornando a análise genérica e sem considerar particularidades das redes de ensino. Além disso, a pesquisa

foca na formação docente, sem aprofundar o papel das famílias, dos profissionais de apoio e da infraestrutura escolar. A dificuldade em mensurar os impactos das estratégias inclusivas reforça a necessidade de estudos que combinam teoria e investigação empírica para uma compreensão mais ampla da educação inclusiva na prática.

## Considerações Finais

Este estudo teve como objetivo investigar o papel da formação de professores na mediação pedagógica e na superação das dificuldades para a execução da educação inclusiva no ensino fundamental. A realização de uma revisão da literatura, assim como a análise dos principais desafios enfrentados pelos educadores, revelou que a formação inicial apresenta lacunas consideráveis, dificultando a implementação de práticas pedagógicas inclusivas. Dessa forma, a formação continuada se destaca como um aspecto essencial para garantir um ensino justo e inclusivo, proporcionando aos docentes as ferramentas necessárias para adaptar suas metodologias e abordagens à diversidade dos alunos com deficiência.

Os resultados desta pesquisa ofereceram uma contribuição relevante ao campo, evidenciando que a mediação pedagógica, aliada ao emprego de TA e metodologias ativas, tem o potencial de fortalecer a inclusão nas escolas. No entanto, barreiras estruturais, como a falta de recursos especializados e a resistência de certos profissionais, continuam a ser desafios a serem superados. As implicações práticas deste estudo ressaltam a necessidade urgente de investimentos contínuos na formação dos professores, tanto para o conhecimento teórico quanto para o desenvolvimento de habilidades práticas que promovam um ensino inclusivo.

Com base na pesquisa realizada no artigo, a resposta para o problema de pesquisa pode ser respondida partindo do pressuposto que a formação inicial e o aperfeiçoamento contínuo dos professores são essenciais para a mediação pedagógica, bem como para enfrentar os desafios presentes na educação inclusiva no âmbito da educação básica. Porém, ainda existem lacunas consideráveis na preparação dos educadores, pois a formação inicial aborda a inclusão de maneira superficial e a formação continuada muitas vezes não proporciona a capacitação prática necessária.

Além do exposto, denota-se que a ausência de metodologias inclusivas, a resistência docente e a falta de recursos comprometem a inclusão. Para um ensino mais justo, é essencial investir em metodologias ativas, tecnologias assistivas e práticas pedagógicas mediadas. A efetivação da inclusão depende de políticas públicas voltadas à formação contínua, à conscientização escolar e à adaptação das instituições.

Em suma, diante das limitações desta análise, que se baseou predominantemente em uma revisão bibliográfica, é aconselhável que futuras pesquisas realizem investigações empíricas em diversos contextos escolares, avaliando a eficácia da formação de professores e das estratégias pedagógicas na prática cotidiana das instituições educativas. A concretização da inclusão depende da colaboração entre educadores, gestores e formuladores de políticas, assegurando uma educação equitativa e acessível a todos.

## Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BEDENDO, Heloisa Gotardo *et al.* Ensaio sobre formação docente para a diversidade: Docência e inclusão. **Docent Discunt**, v. 3, p. 67-78, 2022.

BEZERRA, Erich Teles *et al.* A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O USO DE TECNOLOGIA ASSISTIVA E COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 10, p. 77-91, 2024.

BIANCA, Mariane Tonolli Della; VIEIRA, Leociléa Aparecida; CASAGRANDE, Keli. A mediação e a

contribuição das Tecnologias Digitais da Comunicação e Informação para a educação inclusiva. **Ensino & Pesquisa**, v. 22, n. 2, p. 59-72, 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/L13146.htm). Acesso em: 10 fev. 2025.

BRASIL. **Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm) Acesso em 06 fev.2025.

CIRINO, Roseneide Maria Batista; KUCH, Mariane Heloisa. Mediação pedagógica como prática docente inclusiva e a utilização das TDIC. **Anais CIET: Horizonte**, 2024.

CORDEIRO, Mariana Demétrio; SOUZA, Magali Dias de. Tecnologia assistiva no contexto escolar: um sistema de comunicação alternativa para letramento de pessoas com autismo. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 9, p. 70743-70769, 2020.

DIAS, Maria Angélica Dornelles *et al.* Educação e diversidade: construção de um ambiente escolar inclusivo. **ARACÊ**, v. 6, n. 3, p. 5326-5339, 2024.

EL TASSA, Khaled Omar Mohamad; CRUZ, Gilmar; CABRAL de Carvalho, Jeniffer Javorski. Educação inclusiva e o curso de formação de docentes: desafios e relatos de experiência. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 14, n. 41, p. 100-115, 2023.

FARAH, Salua; RENDERS, Elizabete Cristina Costa. Práticas educativas inclusivas: aproximações entre o DUA e a comunicação alternativa na escola. **ECCOM: Educação, Cultura e Comunicação**, v. 14, n. 27, 2023.

FARIA, Arlete Vilela de; VIEIRA, Estela Aparecida Oliveira; MARTINS, Ronei Ximenes. Educação Especial Inclusiva: uso de recursos educacionais digitais nas salas multifuncionais. **Revista Educação Especial**, v. 34, p. 1-19, 2021.

FERREIRA, Rejane Isabel; OLIVEIRA, Bruna Carla Rodrigues de. Formação docente de professores e as tecnologias assistivas para o desenvolvimento integral do aluno com deficiência. **Revista Profissão Docente**, v. 22, n. 47, p. 01-12, 2022.

FLEMING, Juanita W. **A criança excepcional**: diagnóstico e tratamento. Rio de Janeiro, 1978.

FRANCO, Renata Maria da Silva; GOMES, Claudia. Educação inclusiva para além da educação especial: uma revisão parcial das produções nacionais. **Revista Psicopedagogia**, v. 37, n. 113, p. 194-207, 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLENNEN, Sharon; DECOSTE, Denise C. The handbook of augmentative and alternative communication. **(No Title)**, 1997.

JUNGER, Alex Paubel *et al.* Formação Continuada, Tecnologias Digitais e Educação Especial: uma necessidade favorável aos processos de ensino e aprendizagem na contemporaneidade.

**CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES**, v. 16, n. 5, p. 2675-2690, 2023.

LIMA, Paulo Gomes; SANTOS, Jociane Marthendal Oliveira. A formação de professores e a educação inclusiva: discussão acerca do tema. **Docent Discunt**, v. 1, n. 1, p. 63-70, 2020.

MACHADO, Ana Carolina da Rosa. **Inclusão e acessibilidade na escola**: formação de professores a partir de um produto educacional. 2023. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade Federal do Pampa, Programa de Pós-Graduação em Educação, Jaguarão, 2023.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? Por quê? Como fazer?. São Paulo: Moderna, 2003.

MARTINS FILHO, Altino José; MARTINS FILHO, Lourival José. **Educação infantil: especificidades da docência**. Florianópolis, 2013.

MORAN, José Manuel. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas, SP: Papirus. 2000.

NÓVOA, Antonio. Nada substitui um bom professor: propostas para uma revolução no campo da formação de professores. *In*: Gatti, Bernardete Angelina *et al* (Orgs.). **Por uma política nacional de formação de professores**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

NUNES, Ana Claudia Rodrigues. **O uso das TICs na mediação pedagógica do professor em turma de alfabetização de integração inversa em escola pública do DF**. 2023. 186 f., il. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

PEREIRA, Cláudia Alves Rabelo; GUIMARÃES, Selva. A Educação Especial na formação de professores: um estudo sobre Cursos de Licenciatura em Pedagogia. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 25, p. 571-586, 2019.

POKER, Rosimar Bortolini; MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira; GIROTO, Claudia Regina Mosca (Ed.). **Educação inclusiva**: em foco a formação de professores. Editora Oficina Universitária, 2021. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=0Qo3EAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA7&dq=A+Forma%C3%A7%C3%A3o+Docente+para+a+Educa%C3%A7%C3%A3o+Inclusiva&ots=NvgRJBWhb6&sig=mVKCUKc6vCSQPN4jQP1rio6bpbU#v=onepage&q=A%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20Docente%20para%20a%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Inclusiva&f=false>

RAMOS, Andréa Karine Menezes de Oliveira; PRIMON, Janete Aparecida; CIRINO, Roseneide Maria Batista. As TDICS atreladas a mediação pedagógica no viés das práticas docentes: contribuições para a Educação Inclusiva. **Faculdade Sant'Ana em Revista**, v. 6, n. 1, p. 205-217, 2022.

REIS, Marcos Ribeiro; COUTINHO, Diógenes José Gusmão. Formação de professores para a educação inclusiva: desafios e perspectivas. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 11, n. 1, p. 2386-2405, 2025.

ROSSETTO, Elisabeth; IACONO, Jane Peruzo. Inclusão e ensino superior: práticas pedagógicas com alunos com deficiência/NEE na perspectiva da psicologia histórico-cultural. **Educação e Filosofia**, v. 36, n. 76, p. 133-174, 2022.

SALVADOR, César Salvador. **Aprendizagem e construção do conhecimento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SASSAKI, Romeu Kazumi *et al.* **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: Wva, 1997.

SILVA, Grazielle Cristina Moraes da. **O ensino e aprendizagem das expressões numéricas para 5a série do ensino fundamental com a utilização do jogo contig 60<sup>®</sup>**. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/11382>. Acesso em 06 de fev. de 2025.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Salamanca: UNESCO, 1994. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394>. Acesso em: 07 fev.2025.

WALTER, Catia Crivelenti de Figueiredo. Comunicação alternativa para pessoas com autismo: o que as pesquisas revelam sobre o uso do PECS por pessoas com autismo. **Comunicação alternativa: teoria, prática, tecnologia e pesquisa**. São Paulo: Memnon Edições Científicas, p. 96-106, 2009.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **Aprendizagem e desenvolvimento humano**: um processo sócio-histórico. 4. ed. São Paulo: Scipione, 1997.

Recebido em 10 de abril de 2025  
Aceito em 13 de maio de 2025